

# A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

## Autores

---

Rosemeire Dos Santos Alesina

## Orientador

---

Valdemar Sguissardi

## 1. Introdução

---

Este trabalho aborda a temática da avaliação institucional na universidade, enfocando o caso da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. Propõe-se a analisar a política de avaliação concretizada pela UNIMEP diante dos processos avaliativos implementados pelo MEC. Nossa questão central é discutir se a UNIMEP tem reproduzido a lógica instrumental do MEC ou se ela tem proposto alternativas próprias de avaliação institucional, quais são estas propostas e qual a relação destas com as políticas nacionais em curso.

## 2. Objetivos

---

Este estudo tem como objetivo discutir a avaliação institucional da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Pretende-se analisar se a avaliação institucional da UNIMEP atendeu os princípios de legitimidade, participação e continuidade e sistematização, princípios estes que devem orientar um processo avaliativo, segundo Bernardo Kipnis (apud SGUISSARDI, 1997, p. 61). Para Kipnis legitimidade pressupõe o acordo com a comunidade acadêmica quanto aos critérios e quanto à institucionalização do processo de avaliação, participação é entendida como a atuação responsável dos diferentes segmentos institucionais em todas as fases do processo de avaliação e continuidade e sistematização pressupõe uma reflexão e redefinição constantes dos objetivos, metas, prioridades acadêmico-científicas e sociais da instituição universitária.

## 3. Desenvolvimento

---

Neste trabalho traçamos a trajetória das políticas de avaliação superior no Brasil e discutimos os conceitos e os princípios da avaliação institucional, com o intuito de diagnosticar como está se dando o processo de avaliação institucional da UNIMEP.

O referencial teórico que orienta este trabalho são estudos sobre avaliação institucional no ensino superior de autores como José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff, Isaura Belloni e Valdemar Sguissardi, entre outros.

Para o alcance dos objetivos do estudo utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, tomando como material empírico documentos de arquivos da UNIMEP, tais como relatórios de seminários de avaliação, política acadêmica, política de pesquisa, política de extensão e dados produzidos mediante entrevistas e questionários.

## 4. Resultados

---

### 1) POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - TRAJETÓRIA

A avaliação não é uma novidade para a educação superior brasileira, pois o primeiro grande esforço da avaliação ocorreu no final da década de 50 e no início da década de 60, e acabou desembocando no relatório da Comissão de Reforma de Ensino Superior que deu origem à Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968.

As publicações do meio acadêmico, que têm como preocupação o estudo da qualidade da educação superior no Brasil, apontam os anos 80 como os do início de uma valorização especial da temática da Avaliação Institucional. É nos fins da década de 80 que a avaliação se insere na concepção do Estado Avaliador e tem por objetivo a análise das instituições como um todo. Neste momento, algumas universidades brasileiras, de forma isolada, iniciavam o processo.

As primeiras medidas efetivas do Governo Federal visando à Avaliação Institucional no país são do ano de 1983, quando foi criado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que tratou, portanto, basicamente de dois temas: gestão e produção/disseminação de conhecimentos, utilizando-se de levantamento e análise de dados institucionais colhidos através de roteiros e questionários preenchidos por estudantes, professores e administradores (SINAES, 2003, p. 16-17). O programa previa análises dos dados da instituição avaliada, conseguidos também por meio de testes respondidos pelo corpo docente, corpo discente e direção.

Dois anos depois, em 1985, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) criou a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, em seu relatório começa a aparecer o trinômio - autonomia, avaliação e financiamento - como parte da nova política para a universidade. Quer dizer que a autonomia universitária dependerá da avaliação do desempenho da produtividade institucional, e desta dependerá o montante de recursos destinados à instituição.

Diante do relatório dessa Comissão e preocupado com as concepções ali defendidas e pelas medidas nele propostas para a reforma da universidade, das quais discordava, o MEC criou em 1986 o Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior (GERES), que enfatizava a necessidade de avaliação das Instituições de Educação Superior como condição essencial para a alocação de recursos e estabelecimento da autonomia universitária. É a primeira vez que aparece a ênfase da avaliação nos cursos de graduação. Aí está o embrião das políticas avaliativas da década de 90. O relatório de 1986 ainda admite claramente a avaliação como elemento regulador do sistema, visando resultados. Na verdade, este modelo de avaliação faz a ligação entre desempenho institucional e investimento oficial.

Desde o início dos anos 90 a temática da avaliação vem acumulando experiência e ganhando consistência; até então ainda não se tinha concebido um processo coerente e global.

O movimento de caráter mais abrangente diante da política neoliberal vai surgir, no entanto, em março de 1993, quando é instituída a Comissão Nacional de Avaliação, sob a coordenação do professor Hélgio Trindade. O documento preparado pela Comissão de Avaliação da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) foi adotado como referência pelo conjunto das universidades brasileiras ao ser aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação estabelecida pela SESu / MEC e enriquecido com as sugestões enviadas pelas universidades. Desse esforço conjugado em nível nacional, nasce o PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Trindade, 1995).

O objetivo geral do projeto foi rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas.

Apesar de já existir o PAIUB como modelo de avaliação, a partir da Lei nº 9.131/1995 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 / 1996), foram progressivamente implementados novos mecanismos de avaliação: o Exame Nacional de Cursos (ENC), de acordo com o artigo 3º da Lei 9.131/95 que estabelece que o MEC fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão .

De todos estes instrumentos de avaliação, o que alcançou maior projeção e visibilidade, inclusive na mídia, foi o Exame Nacional de Cursos.

O Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, tratava-se de uma prova de conteúdo realizada, obrigatoriamente, pelos estudantes concluintes dos cursos de graduação. O discurso oficial o veiculava como uma ação pela melhoria da qualidade do ensino superior, mas podemos perceber em sua concepção e realização que este objetivo foi sobrepujado pela concorrência e classificação das instituições, para, a partir do *ranking* produzido, proceder à distribuição de verbas federais, atendendo à lógica de mercantilização da educação adotada mais fortemente na década de 90.

As fortes críticas do meio acadêmico ao Provão forçaram uma pequena mudança no procedimento em 2001: a conversão dos valores absolutos do Exame em conceitos passou a se basear na média geral e no desvio padrão de cada área avaliada.

As mudanças e os novos processos nesta cultura de avaliação não pararam. No ano de 1997, o governo apresentou a proposta de Avaliação das Condições de Oferta (ACO).

Em 2003, o Ministério da Educação designou uma Comissão Especial da Avaliação da Educação superior (CEA), conforme as portarias MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003 e instalada em 29 de abril, a qual era presidida pelo professor da Unicamp José Dias Sobrinho que tinha por finalidade: analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados (SINAES, 2003, p. 7).

A CEA sugeriu também ao MEC a criação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Seu papel: coordenar e supervisionar o SINAES, dando assim mais credibilidade ao novo sistema.

A perspectiva dos proponentes é que o SINAES melhore a avaliação da educação superior, pois ele pretende oferecer uma visão ampla e integrada do ensino superior no País.

Assim, o sistema passa a ter como componentes a avaliação das instituições, a dos cursos e o desempenho dos estudantes, assegurando uma análise das estruturas acadêmicas, das atividades de ensino, pesquisa e extensão e das finalidades e responsabilidades sociais dos cursos e das instituições.

Como parte da avaliação dos cursos, os alunos participam do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no primeiro e no último ano do curso, o que permitirá verificar qual o conhecimento efetivamente adquirido por eles durante o percurso acadêmico. O exame é realizado por amostragem.

## **2) AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

O conceito de avaliação é muito mais complexo do que se pode imaginar. Muitas são as suas definições. Ralph Tyler (1950): avaliação é um processo para determinar até que ponto os objetivos foram realmente alcançados ; Cronbach (1963): avaliação é a coleta de informações com vistas à tomada de decisões ; o PAIUB (1993): avaliação é um processo contínuo de aperfeiçoamento acadêmico; uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária; um processo sistemático de prestação de contas à sociedade ; Isaura Belloni (RISTOFF, 2003, p. 24): a avaliação institucional... é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade . Enfim, em todas essas definições, ressalte-se que o objetivo principal é melhoria da qualidade e a relevância das atividades desenvolvidas. Talvez o significado desse processo de avaliação esteja melhor definido nas palavras abaixo de José Dias Sobrinho:

Deve ser uma atividade sistemática e permanente que resulte em uma compreensão global e integrada da Universidade, produza conhecimentos sobre as diversas estruturas acadêmicas e institucionais, seja um processo enriquecedor da vida comunitária, instaurando-se como melhoria da qualidade de todos os aspectos e setores científicos, pedagógicos, políticos e administrativos (DIAS SOBRINHO, 1995, p. 33)

Como princípios básicos, podemos citar a preocupação com a globalidade. É necessário que a instituição seja avaliada em sua totalidade, não apenas em relação a uma de suas atividades. Devem ser avaliados o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias universitárias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da vida acadêmica, deve fazer parte da avaliação tudo o que envolve a vida universitária, conforme defende Ristoff (2003, p. 40). A avaliação institucional interfere em todas as instâncias e dimensões de uma universidade, tentando compreender todas as esferas com o objetivo de transformar toda a instituição. O objeto de uma avaliação institucional é toda a universidade.

### **3) AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIMEP**

A Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) é uma instituição de ensino superior, privada, confessional, mantida pelo Instituto Educacional Piracicabano, localizada na cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo.

O Programa de Avaliação Institucional foi apreciado e aprovado no final de 1998 e divulgado em 2000, tendo sido elaborado e proposto na gestão do reitor Prof. Dr. Almir de Souza Maia.

A comissão que teve a incumbência de elaborar o Programa de Avaliação Institucional para a UNIMEP tomou como a referências a Política Acadêmica e a concepção da avaliação como processo educativo, que visa afirmar valores e reorientar ações acadêmicas e administrativas.

## **5. Considerações Finais**

---

Procuraremos saber, através dos documentos analisados, se a UNIMEP tem tido o compromisso com uma

avaliação que privilegie o seu sentido educativo, baseando-se no propósito de conhecer melhor as próprias deficiências e virtudes, identificando assim o que deve ser modificado e aperfeiçoado, na busca da construção de uma instituição comprometida com a formação humana e técnica de qualidade, e com suas responsabilidades sociais.

As respostas que encontraremos pretendem ser uma contribuição ao debate, mesmo porque o processo de avaliação está em curso e se reveste de grande dinamismo.

## Referências Bibliográficas

---

**AVALIAÇÃO** Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior RAIES v. 8 - nº 4; v.9 - nºs 1, 2, 3 e 4; v.10 nºs 1, 2, 3 e 4.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César (orgs.). **Avaliação institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo I. (orgs.). **Avaliação democrática para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

DURHAM, Eunice R. e SCHWARTZMAN, Simon (orgs.). **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

RISTOFF, Dilvo I. e DIAS SOBRINHO (orgs.) **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003.

SGUISSARDI, V. (org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas: Autores Associados, 1997 (Coleção educação contemporânea).

**SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira/ (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). 1ª edição - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.